

Inquérito Civil n.º 06.2018.00003953-3

TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 1.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xaxim, representada, neste ato, por seu Promotor de Justiça titular nesta Comarca, **SIMÃO BARAN JUNIOR**; e **MUNICÍPIO DE XAXIM**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **LÍRIO DAGORT**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, acompanhado de seu Procurador Geral **SILAS DAVID PARISOTTO, OAB/SC 35.869**, com fundamento no art. 5.º, § 6.º da Lei Federal n.º 7.347/85; art. 25, alínea "a" da Lei Orgânica n.º 8.625/93, e no art. 89 da lei Complementar Estadual n.º 197/2000, e;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República Federativa do Brasil; no art. 8.º, § 1.º, da Lei Federal n.º 7.347/85; no art. 25, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93 (Lei Orgânica do Ministério Público); e no art. 82, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n.º 197/2000 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Estado de Santa Catarina);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CRFB);

CONSIDERANDO que o art. 225 da CRFB dispõe que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

CONSIDERANDO que o art. 225, § 3.º, da CRFB prevê que "as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os

infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados";

CONSIDERANDO que a Lei n.º 6.938/81, em seu art. 3.º, inciso I, define meio ambiente como "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas";

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 8.º, § 1.º, da Resolução CONAMA n.º 369/2006, considera-se área verde "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização";

CONSIDERANDO que as áreas verdes não estão englobadas no conceito de área de preservação permanente (APP), pois esta última é entendida como a "área coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (art. 4.º, inciso I, da Lei n.º 12.651/2012);

CONSIDERANDO que, no caso em tela, o lote objeto da matrícula n.º 23.258 está ocupado com a construção de um salão comunitário, uma churrasqueira, uma igreja e um ginásio, todos de uso da associação de moradores do Bairro Bela Vista, além de um Centro de Educação Infantil, de propriedade do Município de Xaxim;

CONSIDERANDO que em 23-10-1981, quando houve a aprovação do loteamento que deu origem ao lote da matrícula n.º 23.258, estava vigente a Lei Municipal n.º 694/81, que disciplina o parcelamento de solo no Município de Xaxim, a qual era omissa em relação ao percentual que deveria ser destinado às áreas verdes e áreas institucionais, apenas mencionado que essas áreas deveriam equivaler a 15% da área líquida dos lotes (art. 17, II, da Lei Municipal n.º 694/81);

CONSIDERANDO que, em razão disso, **tanto a área verde quanto à institucional estão registradas na mesma matrícula, conforme fl. 6**, o que, além de dificultar a delimitação da área verde, causa insegurança jurídica e pode facilitar a edificação de obras irregulares;

CONSIDERANDO que o Município de Xaxim pretende desmembrar a fração do lote onde está edificado o Centro de Educação Infantil e doar o restante da área à associação de moradores do Bairro Bela Vista (em razão do uso comunitário já consolidado), bem como disponibilizar outra área para ser gravada com ônus de área verde, regularizando, assim, tanto a questão da área verde quanto a da área institucional da matrícula n.º 23.258.

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA**, com fulcro no art. 5.º, § 6.º da Lei n.º 7.347/85 e art. 86 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, mediante os seguintes termos:

1. DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta tem por objeto adequar a situação fática do lote objeto da matrícula n.º 23.258, objetivando que o **COMPROMISSÁRIO** cumpra as exigências das normas ambientais e urbanísticas aplicáveis.

2. DA OBRIGAÇÃO DE FAZER

CLÁUSULA SEGUNDA: O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se com a seguinte obrigação de fazer: gravar a área de 1.786,51 m², da matrícula n.º 14.184, com ônus de área verde, deixando expresso que se trata de substituição da área verde da matrícula n.º 23.258, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo de prorrogação por motivos imputáveis a órgãos externos (FATMA, etc);

Parágrafo único: Até que não seja dada destinação à área verde (como a construção de um parque, por exemplo), o **COMPROMISSÁRIO** deverá identificar, com placas, que o local é destinado à área verde, a fim de garantir a preservação da vegetação, além de exercer continuamente seu poder de polícia para evitar ocupação irregular da área.

CLÁUSULA TERCEIRA: O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se

com a seguinte obrigação de fazer: dar início ao processo de regularização do lote objeto da matrícula n.º 23.258, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

3. DA MULTA E DA EXECUÇÃO

O descumprimento das obrigações constantes no presente compromisso sujeitará o COMPROMISSÁRIO, a título de cláusula penal, ao pagamento de multa no importe de 10.000,00 (dez mil reais), exigível enquanto perdurar a violação, sem prejuízo de eventual ajuizamento de ação executiva específica para cobrar-se o fiel cumprimento das obrigações, caso não respeitados as formas e os prazos previstos neste compromisso, na forma estatuída no parágrafo 6.º, do art. 5.º, da Lei n.º 7.347/85, e art. 84 do CDC.

4. DA VIGÊNCIA

Este ajuste somente produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura, mas os prazos serão contados a partir da homologação do presente junto ao Conselho Superior do Ministério Público.

O COMPROMISSÁRIO será cientificado pelo Ministério Público acerca do início da vigência do presente ajuste, bem como dos prazos a serem observados.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica consignado que os valores eventualmente desembolsados a título de cláusula penal deverão ser revertidos em benefício do FUNDO ESTADUAL DE REPARAÇÃO DOS BENS LESADOS, de que trata a Lei n.º 15.694/11, e regulamentada pelo Decreto n.º 808, de 9 de fevereiro de 2012.

As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no

Foro da Comarca de Xaxim/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

Ficam, desde logo, os presentes certificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o parágrafo 3.º do artigo 9.º da Lei n.º 7.347/85 e o artigo 49 do Ato n.º 395/2018/PGJ.

Xaxim, 26 de agosto de 2018.

SIMÃO BARAN JUNIOR

Promotor de Justiça

LIRIO DAGORT

Compromissário

Procurador Geral

SILAS DAVID PARISOTTO

OAB/SC 35.869